



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF
II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E PRÁXIS DOCENTE E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: QUESTIONAMENTO, PESQUISA E REFLEXÕES

Thiago Luiz Alves dos Santos – Doutorando PPFH – Thiagopdg@hotmail.com

Introdução

Entendo junto com o professor Paulo Freire e muitos outros educadores que o ser humano é projeto aberto e infinito e, por isso, sempre em transição e travessia, em um ininterrupto processo de humanização. E sendo assim, penso que o saber que toma o homem como objeto reproduza suas propriedades ontológicas e seja também aberto e transitório. Daí resulta que o objeto de conhecimento das/nas ciências humanas configura-se mais como uma discussão (um produto teórico-conceitual tendente a uma base empírica) do que uma coisa em si. Por isso, partimos da questão e da prática de questionar. Entretanto, cabe colocar que questão não é a mesma coisa que pergunta. A pergunta quando manifesta demanda uma res-posta. Ou seja, a pergunta é a evocação da coisa em si, ela tem pouca potência para suscitar discussões. De acordo com o professor Emanuel Carneiro Leão, tal “como a palavra querer, também a palavra questionar, questão e questionamento vêm do latim quaerere. Quaerere significa: empenhar-se na busca e na procura do que não se tem, por se já ter e para se vir a ter”(1977 p.44). O que, por seu turno, faz com que o ato de questionar circunscreva-se no campo da discussão uma vez que sua abordagem pretende captar o real e seus elementos constituintes em seu devir e, por isso mesmo, de forma multicausal e fugidia.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (RESOLUÇÃO CNE/CP nº1/2006), exaradas pelo Conselho Nacional de Educação no início do ano de 2006, consagraram a docência como base do referido curso de graduação e diluíram seu bacharelado e suas habilitações em uma licenciatura plena. Em paralelo, cada vez mais, as políticas públicas de educação estão se dando de forma intersetorial, territorial e prioritária, a partir de articulações e arranjos espaciais com base em pactuações locais.

O quadro supracitado provoca mudanças substantivas e formais no que é demandado das instituições escolares e dos professores em termos de funções



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF
II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

educativas, principalmente no que diz respeito à implementação e execução de políticas públicas.

No veio da citada mudança e com o intuito de assegurar qualidade da educação, o presente texto toma como seu objeto o Programa Mais Educação entendendo esse como uma política pública em dois aspectos: (i) - política social, ação integrante do Estado cuja forma e conteúdo são definidos por um governo e; (ii) - práxis docente no, do e com o cotidiano escolar.

Do referido objeto deriva o objetivo de questionar e refletir sobre relação entre a práxis docente e o processo de idealizar, planejar, executar e avaliar políticas de educação, levando em consideração dialeticamente documentos oficiais, a literatura do campo da educação e das políticas públicas. A presente pesquisa vem se realizando por meio de pesquisa teórica e documental.

Resultados e Discussão

Do conjunto de políticas públicas propostas pelo Ministério da Educação, o Programa Mais Educação se destaca ao defender o ideal de uma educação pública e democrática a se realizar por meio de uma concepção de educação integral e comunitária que se entende como que resultante da ação de múltiplos setores da sociedade reunindo diferentes agentes públicos, privados ou comunitários e, deste modo, põe em questão a clássica posição central da instituição escolar no que diz respeito à promoção da educação formal.

O programa de política pública em tela toma em sua urdidura teórica o conceito de cidade educadora, a partir do qual a instituição escolar é chamada a se articular de forma mais intensa com equipamentos públicos, atores sociais, redes locais e territórios. E mais, a dita articulação é posta tal como uma equação: educação formal de tipo escolar + política pública prioritária, intersetorial e territorial de educação integral e comunitária que parta da cidade é igual a superação de desigualdades e, democratização e qualificação da educação.

Para sua consecução, esse modelo de instituição de educação integral em tempo e espaço integral tem demandado um conjunto de pactuações dentro e fora da escola, bem como ampliação das funções escolares. Cada vez mais o professor é instado a assumir funções e posturas que não correspondem ao âmbito tradicional do ensino e da instrução. Das ditas funções e posturas pode se destacar o



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF
II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

estabelecimento de parcerias com atores do território do entorno escolar, gestão de recursos e verbas e contratação de pessoal.

A presente pesquisa, apoiada em documentos oficiais do Governo Federal e na literatura educacional, entende que a escola pública das e, para as classes populares, a escola pública que dialogue com a maioria do povo brasileiro, está em pleno e franco processo de produção. Ela não tem uma existência autônoma e aérea, pairando no mundo das ideias; ocorre exatamente o contrário, ela é urdida na, pela e com prática docente. A escola dos povo brasileiro não será feita sem seus professores. daí a defesa do projeto político pedagógico como o espaço tempo, ágora, documento- acontecimento permanente por meio do qual a instituição se fará instituinte e continuamente atual.

Conclusão

A educação integral é e não é um fim em si mesmo. Ela é um fim em si mesmo posto que deriva de uma necessidade ontológica do ser humano e como tal, os processos educacionais devem abranger a totalidade do seu ser. Ela não é um fim em si mesmo posto que, em geral as políticas e práticas que a adotam, o fazem objetivando democratizar ou qualificar a educação. A educação integral possui uma certa “eloquência” ou “apelo”, ela é “bonitinha”, mexe com ideais e, sendo assim, eclipsa um grande problema da educação brasileira: a escola pública brasileira, uma escola pública que seja mais proximal em relação ao povo brasileiro, isto é, uma escola pública popular capaz de atender a maioria do povo brasileiro.

Diante do exposto, resta-nos o desafio de pensar e materializar essa escola de educação integral, preferencialmente em tempo integral, de turno único e com a possibilidade de trabalhar também o espaço de forma integralmente educativa. Ao que tudo indica, no âmbito da recente tradição brasileira de políticas e práticas de educação, o que parece melhor dar conta do intento de construção da referida escola é o projeto político pedagógico, não só tomado como documento mas, como processo de contínuo e reflexão sobre a prática político pedagógica.

E sendo assim, cabe elencar um conjunto de questões que podem ajudar nesse processo de estabelecimento de relações entre as políticas de educação e a práxis docente: "qual é o horizonte ético político de nossa proposta de escola?", no sentido de concepção de real, ser humano e relações sociais; "como conceituamos educação, ensino e instituição escolar?", de forma especial, definir educação integral

e como nosso conceito de ensino realiza nossa concepção de educação integral; "entendemos com clareza quem é o sujeito de nossa prática educativa?", "sua história, cultura, modo de sociabilidade, cognição, corporeidade?"; "como estruturamos nossas práticas de ensino aprendizagem?"; "como organizamos nosso currículo?" "Ou seja, como dispomos as nossas práticas educativas ao longo e no âmbito do nosso tempo e espaço escolar?" e, por fim, "como avaliamos nossa prática educativa?" "de que instrumentos iremos lançar mão para coletar dados e poder emitir juízos de valor?".

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2004.
- COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral – Centro Educacional Carneiro Ribeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1983.
- CANÁRIO, Rui. **Escola – crise ou mutação?** In: NÓVOA, António (Org.). *Espaços de Educação, Tempos de Formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. **Aprendendo a Pensar**. Petrópolis/RJ: Vozes 1977.
- CARVALHO, M. do C. B. de. **O lugar da educação integral na política social**. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Comunitária (Cenpec). *Educação, cultura e ação comunitária. Cadernos Cenpec*. São Paulo; n.2, 2006
- CAVALIERE, Ana Maria Villela e COELHO, Ligia Martha. **Para onde caminham os CIEPS: uma análise após 15 anos**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 119, p. 147-174, 2003.
- CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** *Educ. Soc.* vol.23, n.81, pp. 247-270. ISSN 0101-7330, 2002.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920**. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, 2003.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. *Educ. Soc.* vol.28, n.100, pp. 1015-1035. ISSN 0101-7330, 2007.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso (org.). **Em Aberto**. Brasília, V.22, n.80, abril, 2009.
- LIBANEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. Ed. Loyola, 1987.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8º ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Rio de Janeiro: Edição Eletrônica, 2008.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Didático, 1974.
- NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica.** Educ. Soc. vol.28, n.100, pp. 661-690. ISSN 0101-7330, 2007.
- PARO, V. et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público.** São Paulo: Cortez, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- SANTOS, Thiago Luiz Alves dos. **O Programa Bairro-Escola do Município de Nova Iguaçu/RJ.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010.
- SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC.** Educ. Soc. vol.28, n.100, pp. 1231-1255. ISSN 0101-7330, 2007.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (coleção polêmicas do nosso tempo; v. 40).
- SENNA, L.A.G. **O currículo na escola básica: caminhos para a formação da cidadania.** Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya Ed., 1997.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. [1957]
- VEIGA, C. G. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.